

OS ESPAÇOS, AS PRÁTICAS E AS ETNOGRAFIAS NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS BRASILEIROS

Josiane Silva de Oliveira¹

Marina Dantas de Figueiredo²

INTRODUÇÃO

As pesquisas etnográficas no campo dos Estudos Organizacionais (EOR) tem se desenvolvido apresentando diferentes objetos de análise (Cavedon, 2014). Das práticas (...) ao corpo, das relações raciais (Oliveira, 2018), estes estudos tem destacado as relevantes contribuições de apropriação deste método de pesquisa para a compreensão dos contextos. Entretanto, as relações entre etnografia e o entendimento conceitual da constituição do espaço organizacional é algo que ainda precisa ser desenvolvido. Isso porque a falta de reflexão sobre essa questão pode contribuir para a reprodução do entendimento reificado de que o espaço da etnografia organizacional é a própria organização, de onde seria possível entrar, sair e permanecer por certo tempo. Nas etnografias que não problematizam o processo de construção da organização enquanto campo de pesquisa, podemos notar certa tendência a internalizar a ideia de que a organização existe como entidade estável, a despeito das

¹ Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora Adjunta da Universidade Estadual de Maringá. <http://lattes.cnpq.br/2439136270325511>. <https://orcid.org/0000-0002-7085-8921>. oliveira.josianesilva@gmail.com. Endereço para correspondência: Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Administração. Avenida Colombo, 5790, UEM, Bloco C23, Zona Sete, Maringá, PR, Brasil. CEP: 87020-900. Telefone: (55 44) 30114906.

² Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora Adjunta da Universidade de Fortaleza. <http://lattes.cnpq.br/0548529050384069>. <https://orcid.org/0000-0003-3273-8176>. marina.dantas@gmail.com.

práticas das pessoas que a constituem – incluindo o próprio pesquisador. Tendo isso em vista, o objetivo a que nos propomos neste artigo é discutir a respeito da incorporação da etnografia como método de pesquisa na área de Administração e seus efeitos na construção epistemológica do conceito de espaço organizacional nos EOR. Argumentamos que a forma de condução da pesquisa etnográfica pode delimitar as concepções de espaços nas organizações, pois é a relação espaço-tempo que o pesquisador constrói com o campo que se torna a base para a desconstrução das organizações como entes e dos etnógrafos como sujeitos universais. Em outras palavras, diferentes práticas etnográficas têm relação com diferentes conceitos de espaços, da mesma forma que diferentes pesquisadores percebem diferentemente a organização. Apesar disso, a prevalência de certos pressupostos epistemológicos orientando as etnografias organizacionais fez com que a etnografia desenvolvida nos EOR se resumisse ao espaço bem delimitado da organização, em detrimento de uma abordagem mais processualista –, naturalmente em fluxo e multissituada – da pesquisa etnográfica em relação ao fenômeno organizacional e ao pesquisador envolvido com esse objeto.

Entendemos a etnografia como prática de convivência intensiva em um local, mas isso não necessariamente leva a um entendimento reificado do espaço. Assumir que o campo etnográfico se elabora na prática – uma prática processual e multissituada – permite ampliar a compreensão sobre a dinâmica entre espaço e organização. A lacuna a qual este artigo se dirige, portanto, é a integração das abordagens baseadas na prática à definição do campo de pesquisa etnográfico nos EOR. Para tanto, desenvolvemos um debate sobre como os diferentes modos de condução das práticas etnográficas nas pesquisas de campo refletem a construção do entendimento sobre espaços organizacionais, articulando as bases epistemológicas e metodológicas de desenvolvimento das pesquisas etnográficas – especialmente, o funcionalismo, o interpretativismo e o pós-estruturalismo – nos EOR.

Após discorrer sobre o desenvolvimento da etnografia organizacional nessas três correntes, apresentamos as etnografias multissituadas (Marcus, 1995) como alternativa metodológica que possibilita o desenvolvimento do trabalho de campo etnográfico, permitindo a re-conexão do mundo vivido no cotidiano organizacional com a dimensão macrossocial dos processos organizativos. Com efeito, essa perspectiva abre um caminho para se pensar o espaço organizacional a partir da desconstrução do etnógrafo como um sujeito universal, possibilitando compreender os espaços organizacionais a partir da diversidade de formas sociais desdobradas no espaço e que demarcam o lugar dos pesquisadores em campo, a exemplo de questões de classe social, nacionalidade, gênero ou raça.

O artigo está estruturado da seguinte forma. Após essa introdução, apresentamos um debate sobre as articulações entre etnografia, cultura e espaço com base nas discussões constituídas no campo da Antropologia. A seguir, destacamos como estas articulações fomentaram uma abordagem estruturalista e influenciaram a área de EOR, enfatizando seus efeitos na construção teórica do conceito de espaço organizacional. A terceira seção do artigo é dedicada a discussões interpretativistas ressaltando a apropriação dos debates entre etnografia, cultura e espaço no entendimento de que as organizações são espaços de produções simbólicas dos sujeitos (Carrieri & Saraiva, 2007), especialmente no âmbito da cultura organizacional (Flores-Pereira, Davel & Cavedon, 2008). Na quarta seção do artigo, apresentamos debates antropológicos sobre a necessidade de se repensar o fazer etnográfico (Clifford, 1997), deslocando-o da necessidade de delimitação de um local específico de sua realização e enfatizando a dinâmica processual que é inerente a etnografia. Com isso, articulamos estes debates entre etnografia, cultura e espaço ao campo dos Estudos Baseados em Práticas (Schatzki, 2006) nos EOR, que consideram o espaço organizacional como processual. Ao final, destacamos as principais contribuições teóricas e metodológicas que propomos com esse artigo, especialmente o entendimento do espaço organizacional e dos sujeitos etnógrafos como universais nas etnografias organizacionais.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE ETNOGRAFIA, CULTURA E ESPAÇO

Nesta seção, faremos uma breve incursão pela Antropologia com o objetivo de evidenciar como a relação entre etnografia e espaço foi forjada nesse campo do conhecimento. No transcurso do tempo, diferentes orientações epistemológicas contribuíram para elaborar o entendimento dessa relação, mas chama atenção, para os propósitos desse artigo, que os saberes produzidos no campo da Antropologia considerem que a construções do campo como espaço encerra articulações teóricas e ideológicas. O objetivo da seção é destacar que etnografia não se faz em um lugar, ou pelo menos, não há relação imediata entre etnografia e lugar. Desse modo, não se pode fazer etnografia de um lugar, mas em um lugar que se torna importante porque recebe um grupo que elabora suas maneiras próprias de viver e lidar com o lugar (Geertz, 1989). O lugar é importante, então, porque é parte constitutiva da cultura e não pode ser separado dela.

A etnografia pode ser caracterizada como um método que se apoia em certos procedimentos para estudar pessoas em seus contextos de vida, de modo a captar atividades ordinárias e os significados atribuídos a elas. Essa educação da subjetividade (Oliveira, 2019) se caracteriza pela observação direta do campo de pesquisa no qual a escuta e a visão sempre atentas possibilitam o trabalho de “conhecer” o objeto de estudo. E, mais do que isso, a etnografia pretende ser o relato sobre uma cultura e se quisermos situar esse método, talvez seja necessário compreender antes a relação entre cultura e espaço. Para dar conta da tarefa, convém analisar uma definição bastante simples segundo a qual “cultura pode ser entendida como um conjunto de soluções elaboradas por um grupo de pessoas para lidar com problemas específicos colocados por situações em comum que elas enfrentam” (Maanen & Barley, 1985, p. 33). Embora essa definição não inclua a questão do espaço, ela parte do apriorismo de que tal agrupamento de pessoas acontece em algum lugar, ou seja, no lugar em que as pessoas se reúnem e se tornam um grupo. Ela ainda dá ensejo para pensarmos que é

nesse mesmo lugar que se impõem algumas das situações-problema da vida em comum, bem como é nele que surgem as respostas criativas para essas situações-problema.

A necessidade de lidar com problemas tem a ver com a busca pela estabilidade, que origina certos padrões para as ações cotidianas e, por consequência, certos meios para a representação coletiva e para a autorrepresentação. A relação com o lugar garante os meios para uma segurança ontológica (Giddens, 1997), que dá origem à crença nos sistemas da cultura. Nessa concepção, o espaço precisa ser preenchido pelos significados culturais; os significados constroem aquilo que o lugar enseja para o sujeito antropológico. A cultura organiza a experiência e a ação humana por meio de símbolos (Sahlins, 1974) e nesse processo, o lugar da cultura é delimitado pelo alcance do significado desses símbolos entre grupos culturais que se avizinham. Em outras palavras, os conceitos de espaço e lugar desenvolvem-se em continuidade: o espaço, que é amplo e abstrato, abriga a possibilidade de existência do lugar, que surge na medida em que as pessoas desenvolvem os arranjos possíveis para a condução das suas vidas e preenchem o espaço com significados (Certeau, 2008). Na dinâmica entre cultura e espaço, as pessoas lançam âncoras de estabilidade para os significados e esses pontos de fixidez ordenam e delimitam o lugar. Decorre então que a separação entre natureza e cultura fica evidente, pois é a representação (cultura) que preenche o espaço (abstrato) para produzir o sentido do lugar (natureza).

A discussão entre as diferenças entre espaço e lugar foram primeiro enfatizadas em áreas como História (Certeau, 2008) e Geografia (Santos, 1999) e, a partir delas, se desenvolveram nos EOR (Faria & Leite da Silva, 2017). Também através das lentes da Antropologia, que observa a cultura como um artifício para destacar da natureza a vida humana, praticantes da etnografia nos EOR assumiram o foco no lugar e em suas potências materiais latentes (tudo o que está disposto nele) como os limites entre o mundo que habitamos e o mundo além (Clifford, 1999). Essa oposição entre natureza e

cultura também origina a oposição entre o próprio e o outro, ou entre sujeito e objeto, anunciada nos termos daquilo que pertence ao mundo que habitamos e que conhecemos por familiaridade, e aquilo que pertence ao mundo além, que é estranho ou que não existe para nós, apenas porque ignoramos sua existência. Na relação entre cultura e espaço, tais dicotomias assinalam a existência de um “dentro” e um “fora”, que metaforicamente situam a cultura como um conjunto ao qual algumas pessoas e elementos pertencem e outros não. Esse tipo de racionalidade caracterizado pela existência de uma lógica de dicotomia por oposição é a base, inclusive, da razão moderna ocidental, conforme destaca Collins (2016).

Refletindo sobre a questão a partir de exemplos de etnografias, conduzidas em sociedades não ocidentais, mas praticada por sujeitos ocidentais, parece evidente que esse lugar circunscreve a porção do espaço onde o grupo se encontra (no sentido duplo do lugar de estar e do lugar de encontro) na natureza. Algumas etnografias que se tornaram clássicas na Antropologia enfatizam a centralidade da relação entre práticas e lugar para descrever a cultura – por exemplo, o trabalho de Malinowski (1978) entre os ilhéus do Pacífico Sul, ou o de Evans-Pritchard (1978) entre “povos tribais” da África Central e de Radcliffe-Brown (1973) com aborígenes na Austrália. Se analisarmos a relação da cultura com o lugar nesses trabalhos, perceberemos como ambientes diversos propiciam diferentes possibilidades de elaboração dos artefatos materiais e simbólicos que viabilizam a vida coletiva de seres humanos. Nesses relatos sobre culturas, pode-se perceber como sistemas de crenças variam conforme os elementos da geografia e da biodiversidade e como os arranjos de ordenamento social e os modos de organização da produção variam da mesma forma. E, mais do que isso, como quem faz etnografia, na relação com o espaço, estabelece relações nas quais as dimensões nominativas utilizadas para caracterizar os fenômenos sociais destacam o tipo de racionalidade dicotômica destacada por Collins (2016), que também se configura a partir de um eixo de dominação subordinação.

É por isso que argumentamos que a condução dos estudos etnográficos delimita o espaço, pois, nessa perspectiva relacional, também é possível observar que quem pratica a etnografia não a faz a partir de um lugar universal. Essa prática também implica localizar o etnógrafo nesse espaço, o que implica diretamente na constituição de suas delimitações.

A respeito disso, não se pode ignorar que a etnografia foi forjada originalmente para o estudo do exótico, quando etnógrafos, a exemplo daqueles que citamos anteriormente, deslocavam-se “do seu lugar para o lugar do outro”, entrando virtualmente em uma cultura localizada em contexto vivencial diferente do seu. Nesse contato, importa ressaltar que o etnógrafo frequenta “o lugar do outro” durante a experiência etnográfica, mas produz conhecimento a respeito da cultura alheia a partir “do seu lugar”: o Ocidente “moderno”. Por isso, conforme destaca Clifford (2002), o espaço nos estudos etnográficos são discursivamente mapeados e corporalmente praticados. Conforme a lógica moderna de produção de conhecimento, o olhar “de fora” do pesquisador demarca a prática de recontextualizar o lugar do outro – entendido não apenas em relação a marcos geográficos, mas enquanto contexto vivencial –, o que implica imaginá-lo como uma entidade substancial, que poderia ser deslocada ou apropriada. Com efeito, o que essa lógica pode resultar é no entendimento de que a categorização de pessoas, ideias, lugares ou objetos, por exemplo, ocorre fundamentalmente a partir de suas diferenças umas com as outras (Collins, 2016). Sob tal entendimento, somente terão significado na medida de sua relação de diferença em relação com a sua contraparte de oposição, ou seja, o “outro” só existe porque “eu” existo, sendo o “eu” o parâmetro de estabelecimento dessa relação (Collins, 2016).

Quanto ao deslocamento, a necessidade de realizá-lo se tornou uma prerrogativa da experiência etnográfica. Um dos princípios da etnografia é que esse estudo seja conduzido por um estranho, ou seja, por alguém que não compartilha do mesmo modo de vida ou que não atribui o mesmo significado a modos de vida comuns. No

jargão antropológico, esse alguém é nomeado outsider – numa tradução literal, “aquele que está do lado de fora”. A necessidade do estranhamento que só os deslocamentos podem proporcionar permanece como fundamental para a prática da etnografia mesmo para os estudos antropológicos desenvolvidos no contexto urbano, ao qual os pesquisadores também pertencem. Nesses casos, o deslocamento não é tanto físico, mas simbólico: é preciso, então, esforçar-se para desnaturalizar certas relações com a cultura e para “estranhar o familiar” (Geertz, 1999), como dizem os antropólogos, no esforço de simular o não-pertencimento ou de elaborar novas fronteiras entre o lugar próprio e o lugar do outro.

Na leitura de um relato etnográfico, o deslocamento é igualmente necessário, mas se realiza no plano da imaginação. Quando as primeiras frases d’Os Argonautas do Pacífico Ocidental de Malinowski (1978, p. 19) convidam o leitor a imaginar-se “sozinho, rodeado apenas por seu equipamento, numa praia tropical próxima a uma aldeia nativa”, o que se busca é transferir o lugar do outro para o lugar próprio, tornando familiar o que era estranho e conferindo existência a mundos antes ignorados. Nessa perspectiva, a Antropologia parte da prática no contexto de vida do praticante para tentar entendê-la nos seus próprios termos e conforme sua própria noção de temporalidade. Para isso, o etnógrafo precisa se deslocar no espaço e deslocar também sua subjetividade para “tomar parte dos jogos dos nativos” (Malinowski, 1978, p. 31), pelo tempo exigido por esse contato. É nisso que consiste, afinal, a observação participante – técnica por excelência da pesquisa antropológica. Entrar no campo, como dizem os antropólogos, é assumir o lugar do outro na compreensão de que culturas se igualam a conjuntos de significado de onde se pode entrar e sair. Na maior parte das vezes, os limites desse conjunto são traçados em um lugar físico para onde se pode ir, mas o que importa ressaltar aqui é que esse lugar (o campo) é construído pelo pesquisador. É o etnógrafo que demarca seus limites simbólicos e elabora, assim, sua existência.

Quanto à apropriação, tem-se que os constructos teóricos da Antropologia precisam recontextualizar o sentido e a intenção das práticas culturais dos outros por meio dos artifícios de entendimento próprios. O encontro entre “o dentro” e “o fora” da cultura é mediado pelas possibilidades de entendimento que o arcabouço cultural próprio fornece aos etnógrafos. São eles os responsáveis por fazerem a ponte entre lugares (físicos e ontológicos) distintos – o que conseguem realizar por meio da experiência vivida e da forma como escrevem sobre elas. As referências ao lugar do outro e ao lugar próprio são importantes à medida que ajudam a delimitar a diferença e os motivos de certas práticas culturais. Mais do que isso, evidencia como o pensamento da razão moderna ocidental é centrado nessa lógica do eixo da dicotomia por oposição (Collins, 2016). A ideia moderna de alteridade constrói o objeto antropológico a partir da diferença entre o eu (self) e o outro (otherness) (Fabian, 2006) e presume que o etnógrafo produza uma teoria etnográfica que se aproprie da teoria nativa e a explique nos termos de uma investigação científica. Todavia, a ideia de alteridade como o encontro com o outro – exótico, selvagem e distante – precisa ser reposicionada como um problema filosófico, a medida em que os limites entre o eu e o outro não estão mais delimitados por fronteiras espaço-temporais, mas são, também, políticos (Marcus, 1986).

Para ilustrar com um exemplo: é fato que os nuer ocupavam o Sudão do Sul e que Evans-Pritchard precisou se deslocar até lá para frequentar o campo de pesquisa. Mas o que distinguiu esse grupo de outras sociedades nilóticas foram as diferenças identificadas pelo etnógrafo entre esse povo em relação aos seus vizinhos. Foi mapeando o traçado da cultura nuer pelo espaço que se delimitou o campo. Sua existência dependeu das construções de sentido feitas pelo pesquisador. Essas construções, ainda que devam se aproximar do significado que o povo estudado confere a si mesmo e ao seu contexto vivencial, refletem como o pesquisador aprendeu a delimitar e mapear o espaço na sua própria cultura. Não podemos esquecer, afinal, que formas ocidentais colonialistas de definição do espaço trouxeram à existência certo

país chamado Sudão do Sul, que passou a referenciar – para Evans-Pritchard e os leitores de sua etnografia – o solo onde a cultura nuer se enraizou.

Até aqui, temos tentado destacar a relação entre cultura e espaço com o objetivo de situar a etnografia. Esse esforço implicou resgatar uma linha de pensamento que concebe o campo como um lugar físico, de onde se pode entrar e sair, e também como o lugar simbólico em que os significados da cultura do grupo pesquisado estão ancorados. Dissemos que o objetivo da etnografia é descrever uma cultura e que isso é feito nos termos de uma análise que busca o sentido das práticas culturais. Colocando em outras palavras, a etnografia seria o meio para acessar esse sentido, pela via das representações. Nas etnografias, a questão das representações se interpõe à relação entre etnografia e espaço, formando uma tríade conceitual bastante hermética. Numa extrapolação crítica dessa questão, Rosaldo (1988) propõe que, para a Antropologia, certas representações sobre o significado das práticas culturais estariam inevitavelmente relacionadas a lugares. Por exemplo, “vá para a Índia para hierarquia, Nova Guiné para profanação, Oceania para adoção, África para descendência unilinear e assim por diante, ao redor do globo” (Rosaldo, 1988, p. 79). Assim, a sobreposição de cultura e lugar na etnografia – que justifica que “entrar em campo” seja um movimento físico – se coaduna com estratégias ideológicas para grilar e incorporar espaços e culturas às perspectivas colonialistas com as quais colaborou a Antropologia dos primeiros tempos (início do século XX).

Já nos encaminhando para o fechamento dessa seção, é preciso afinal revisar argumentos e elucidar como essa breve reflexão sobre o lugar da etnografia para a Antropologia traz implicações importantes para as pesquisas em organizações. A primeira delas é que o lugar da etnografia é construído pelo pesquisador a partir de suas interpretações das perspectivas nativas sobre espaço. Essa construção é orientada por teorias de base, que podem ser mais ou menos científicas ou ideológicas, mas que refletem a maneira como a cultura ganha uma dimensão material na análise

antropológica. A segunda implicação é que, por causa disso, os lugares podem se tornar emblemáticos e deslocar o que realmente importa na etnografia: a observação das práticas das pessoas no seu contexto vivencial. Conforme a crítica de Rosaldo (1988, p. 79), um problema que se colocou para a Antropologia é que a sobreposição de lugar e cultura acabou criando zonas de invisibilidade, ou seja, “fenômenos culturais que escapam à análise porque não confirmam a expectativa-padrão sobre o que é típico ou autêntico”. No âmbito dos EOR, essa problemática se relaciona a uma perspectiva estruturalista da organização como um lugar físico – um espaço aberto ou fechado, equipado e povoado, tal como uma fábrica ou um escritório –, que compromete um entendimento mais amplo sobre o que a organização pode ser.

ETNOGRAFIAS NOS ESPAÇOS ORGANIZACIONAIS

Como já dissemos, a etnografia foi o método elaborado pela Antropologia para captar o ponto de vista dos nativos (Malinowski, 1978) em contatos interculturais. Esses contatos pressupõem a distância subjetiva entre o etnógrafo e o grupo pesquisado e no início da pesquisa etnográfica, nas primeiras duas décadas do século XX, isso esteve relacionado a deslocamentos físicos e ao exotismo de viagens a terras distantes. Todavia, pode-se dizer que muito cedo na história da etnografia o método passou a ser utilizado de maneira inovadora em alguns dos primeiros estudos da sociologia comportamental conduzidos em organizações e indústrias nas décadas de 1930 e 1940 (Schwarzman, 1987). A partir desse momento, a questão do espaço nas etnografias organizacionais passa a se relacionar com o próprio conceito de organização, abrindo tanto possibilidades quanto limitações e mesmo problemas epistemológicos e metodológicos. A presente seção é dedicada a apresentar como a etnografia adentrou o campo dos EOR e quais foram as implicações do processo de construção do campo da etnografia sobre o conceito de organização.

A pesquisa etnográfica no ambiente organizacional tem antecedentes na etnografia urbana estadunidense, propagada pela Escola de Chicago. Nos anos 1920, o pensamento a respeito das ciências sociais cultivado por professores e pesquisadores da Universidade de Chicago expressava a necessidade de responder a uma circunstância da modernidade capaz de impactar a prática científica tanto quanto a vida social: as prerrogativas de ordem do positivismo (Whyte, 2006). O grupo de Chicago se formou no contexto de uma cidade cujo quadro social podia ser descrito como “desordenado” devido ao acelerado crescimento urbano (Thomas, 1993). O interesse dos pesquisadores da Escola de Chicago por temas relacionados às questões emergentes e aos problemas da vida em uma metrópole multicultural levou parte deles a observar detalhadamente o cotidiano de grupos urbanos. A ideia de lugar na prática etnográfica ganhou profundidade porque o mundo próprio e o mundo do outro poderiam coexistir na mesma região geopolítica (a cidade), a apenas algumas dezenas ou centenas de metros de distância. O campo da etnografia urbana passa a ser, então, um recorte do espaço urbano – ou seja, os limites de um bairro ou de um conjunto deles ou mesmo de uma rua ou do itinerário que certo grupo social desenha nos rastros do seu dia-a-dia (Magnani, 2009).

Além da nova possibilidade de pensar o estranhamento simplesmente como o encontro entre vizinhos, a etnografia urbana também possibilitou que certos equipamentos da cidade ou da vida que se passa nesse cenário se tornassem temas de interesse antropológico. Quanto a isso, não podemos nos esquecer que a vida nas cidades modernas é marcada pelas transações que os cidadãos precisam realizar com diferentes tipos de organizações. Colocando em outras palavras, a vida nas cidades depende das organizações, posto que o cidadão não possa obter os meios da própria subsistência se não adquirir/receber ou obter de qualquer modo os bens de que precisa. As organizações também interferem fortemente na produção do espaço urbano, porque o próprio conceito de cidade está relacionado à existência de órgãos públicos, de instituições e de empresas. Sobre essa questão, também convém assinalar

que a densidade de ocupação torna o espaço urbano especialmente valioso para a especulação imobiliária.

Podemos dizer que a etnografia urbana deu guarida à etnografia organizacional, mas a aproximação entre os estudos sobre a cidade e os estudos sobre as organizações conduzidos por meio desse método possivelmente param por aí (pelo menos, em uma primeira abordagem sobre a questão). A Antropologia urbana se dedica às culturas de grupos citadinos enquanto a vida organizacional tornou-se objeto de interesse para a sociologia das organizações, especialmente para o domínio do comportamento organizacional. Nas décadas de 1930 e 1940 os famosos experimentos de Hawthorne – conduzido em plantas industriais de Chicago e da cidade vizinha, Cicero – tornaram-se emblemáticos para esse campo de estudos. Embora não se possa, de modo algum, vincular esse conjunto de pesquisas a qualquer modalidade de exercício etnográfico, Hawthorne abre possibilidades para pesquisas qualitativas em organizações e se torna marco do interesse sobre as pessoas nas organizações, nas dimensões da cultura, da cognição, dos processos de aprendizagem, motivação e significado do trabalho.

Não se deve pensar em Hawthorne como uma pesquisa válida a partir do julgamento contemporâneo sobre os critérios de qualidade e legitimidade da pesquisa qualitativa, visto que empregou diferentes técnicas de modo assistemático e com propósitos difusos (Muldoon, 2012). Controvérsias metodológicas a parte, sua influência também não pode ser dirimida (Schwartzman, 1993). Os estudos de Hawthorne fizeram contribuições duráveis para agendas de pesquisa, metodologias e terminologias da pesquisa em organizações (Buchanan & Bryman, 2007). As premissas do trabalho implicavam olhar a realidade organizacional “de perto e de dentro” e foi assim que a equipe coordenada por Elton Mayo e seus colaboradores procedeu ao observar o trabalho de pequenos grupos e, depois, ao entrevistar boa parte dos funcionários da Western Electric Company. Sua análise não foi antropológica, mas ao ressaltar a importância dos comportamentos coletivos, chamando atenção para a existência de

diferentes grupos nas organizações, inaugurou o interesse pela cultura no interior (e ao redor) das mesmas (Schein, 1996).

Sobre o conceito de espaço organizacional, o experimento traz consequências que não foram problematizadas ao longo do tempo nem pela Antropologia, nem pela Teoria Organizacional. Embora as discussões sobre espaço e etnografia tenham avançado na Antropologia (Rosaldo, 1988; Lionnet, 1992; Strathern, 1995; Low & Lawrence-Zúñiga, 2003), a questão também precisa ser problematizada nos EOR na medida em que o método etnográfico passa a ser utilizado para refletir, inclusive em termos ontológico, o que é organização. Seguindo a tendência funcionalista-estruturalista dos trabalhos nesse campo, as etnografias organizacionais partiram de uma definição de organização como um lugar produzido a partir do arranjo de pessoas e coisas no espaço. Dessa forma, o campo da etnografia organizacional seria, naturalmente, uma organização que tem existência física – ou seja, um lugar concreto e claramente delimitado de onde se pode entrar e sair, o qual pode ser considerado como o espaço organizacional nessa perspectiva epistemológica. A repercussão dos estudos de Hawthorne contribuiu para que a etnografia organizacional se tornasse quase sinônimo de etnografia (ou pesquisa qualitativa, de modo mais genérico) na organização, e, conseqüentemente, um debate sobre as diferenças entre a etnografia na organização e etnografia da organização.

Mais de trinta anos depois de Hawthorne, na década de 1970, o método etnográfico ganhou evidência em razão do crescente interesse a respeito da cultura organizacional. Esse interesse era motivado, principalmente, pelo fenômeno da ampliação das fronteiras gerenciais na economia capitalista. Assim como na Antropologia dos primeiros tempos, o estudo da cultura organizacional tinha forte caráter imperialista. Conseqüentemente, os estudos sobre cultura das organizações ganharam também um lugar no mapa da geopolítica mundial e passaram a se vincular a certas representações totalizantes e, em grande medida, estereotipadas de culturas nacionais (Hofstede, 1991). Esses estudos abertamente funcionalistas – e, convém ressaltar, não

necessariamente etnográficos – tinham o objetivo de compreender as diferenças nacionais nos sistemas de negócio em favor dos interesses específicos da gestão de empresas multinacionais (Hassard, Mccann & Morris, 2007) Esses estudos foram criticados como sendo investimentos intelectuais imperialistas anglo-estadunidenses, a serem problematizados a partir da resistência às definições de management em contextos pós-coloniais como o Quebec (Linstead, Maréchal & Chanlat, 2008); a Austrália (Clegg, Linstead & Sewell, 2000) e América Latina (Alcadipani & Rosa, 2011). Num duplo movimento, essas críticas tornaram inócuo o debate sobre culturas nacionais uniformes e questionaram a colonização de culturas organizacionais diversas pelas culturas de gestão anglo-estadunidenses. Com isso, a relação entre lugar e cultura organizacional passa a ser construída a partir do estudo das dimensões simbólicas das organizações nas etnografias interpretativistas.

A PRODUÇÃO SIMBÓLICA DAS ORGANIZAÇÕES: ETNOGRAFIAS INTERPRETATIVAS E FENOMENOLÓGICAS

O entendimento de que as organizações são espaços de simbolismo intensivo (Carrieri & Saraiva, 2007) possibilitou a construção de um importante diálogo dos EOR com a Antropologia, especialmente por meio do desenvolvimento de etnografias que têm como base os pressupostos interpretativistas (Yen-Tsang, Dutra-de-Lima & Pretto, 2013). O intepretativismo se consolida enquanto base epistemológica na medida em que destaca a necessidade de entendimento de como os sujeitos produzem conhecimento sobre o mundo, bem como destaca a necessidade de discussões sobre como eles interpretam e compreendem a produção de significados sobre esse mundo (Geertz, 2005). Desse modo, ainda é possível observar que as abordagens interpretativas reproduzem o entendimento inicial da Antropologia de separação entre natureza e cultura, buscando na capacidade humana de produzir representações simbólicas (cultura) sobre a realidade (natureza) o entendimento dessa própria realidade (Geertz, 2005). Nesta seção apresentaremos as características das pesquisas

etnográficas de caráter interpretativo nos EOR, com especial ênfase à produção de acadêmicos brasileiros.

Um dos principais antropólogos que se pautam em uma abordagem interpretativa para compreender a realidade social e referenciado nos EOR é Geertz (1989). Geertz (1989) compreende a cultura como teias de significados que amarram as ações humanas, tecidas pela constituição de suas relações. As ações humanas são entendidas como ações simbólicas na medida em que são as constituintes das relações sociais, para o referido autor. A cultura é formada por este emaranhado de teias de significados (Geertz, 2005). A análise das mesmas justifica a investigação antropológica, de modo que o estabelecimento da Antropologia enquanto ciência relaciona-se não à busca de leis gerais e funcionais, mas à procura de significados, de forma interpretativa, destaca Geertz (2005). Com efeito, o “fazer etnográfico”:

[...] implica descrever quem eles [nativos] pensam que são, o que pensam que estão fazendo, e com que finalidade pensam que o estão fazendo [...] é necessário adquirir uma familiaridade operacional com os conjuntos de significados em meio aos quais elas levam as suas vidas. Isso não requer sentir como os outros ou pensar como eles, o que é simplesmente impossível. Nem virar nativo, o que é uma ideia impraticável, inevitavelmente falsa. Requer aprender como viver com eles, sendo de outro lugar e tendo um mundo próprio diferente (Geertz, 2005, p. 26).

O “fazer etnográfico” consiste na interpretação das “práticas espaciais de convivência intensiva” (Clifford, 1997) com o grupo estudado, o que possibilitará o desenvolvimento de uma descrição densa (Geertz, 1989) do trabalho de campo. Deste modo, nas etnografias interpretativas a delimitação do campo de pesquisa é realizada com base no entendimento da produção simbólica dos sujeitos na pesquisa. São os sentidos produzidos e atribuídos ao espaço habitado que possibilitará definir os limites

do campo de pesquisa e, mais do que isso, captar as representações simbólicas que subsidiam a construção social da realidade.

As relações entre etnografia, cultura e espaço nas etnografias interpretivistas destacam os efeitos das experiências das interações sociais como base da construção do trabalho de campo. É por isso que a autoridade etnográfica deriva do argumento do “estar lá” (Clifford, 1997) e das “práticas de convivência intensa” com o campo de pesquisa com base para as interpretações das interpretações (Geertz, 2005), visto que o próprio “ponto de vista do nativo” (Geertz, 2005) é uma interpretação da realidade. Nessa abordagem é possível compreender uma perspectiva textualista de entendimento das relações entre etnografia, cultura e espaço devido a possibilidade de uma descrição densa da realidade, conforme destaca Geertz (2005).

Rocha e Eckert (2008) destacam que o “fazer etnográfico” é constituído a partir de deslocamentos de nossa própria “cultura” para nos “situarmos” no fenômeno estudado. Ainda para as referidas autoras, esse processo implica participação efetiva nas sociabilidades que configuram o campo de pesquisa. Isso é um processo reflexivo da vida social que exige um “olhar” e uma “escuta” sempre atentos ao que acontece no contexto estudado de forma que seja possível ao pesquisador adentrar e acessar o seu campo de pesquisa (Rocha & Eckert, 2008). A etnografia permite o “acesso” ao “mundo simbólico” dos sujeitos participantes da pesquisa por meio das práticas de sociabilidade constituídas no desenvolvimento do trabalho de campo. Sendo assim, as etnografias interpretativas possibilitam compreender as relações entre cultura e espaço a partir das representações simbólicas produzidas pelos sujeitos na apreensão da realidade na qual eles estão inseridos.

Considerando que a compreensão e a apreensão do mundo perpassam a interpretação da produção simbólica da realidade pelos sujeitos, na área de Administração uma das principais contribuições dessa “postura etnográfica” (Rocha, Barros & Pereira, 2005) de

abordagem interpretativa de estudos antropológicos é o entendimento de que o espaço organizacional não pode ser definido com base em limites físicos, tampouco ser considerado como unívoco em uma mesma organização. O espaço organizacional é algo abstrato, sendo produzido simbolicamente e substanciado pelas representações (cultura), por isso soa necessário que os estudos sobre cultura organizacional de abordagem interpretativa avancem teoricamente na aproximação entre os campos de pesquisas da Administração e da Antropologia.

De forma ampla, as etnografias interpretativas possibilitaram a compreensão das relações entre cultura e espaço na área de Administração, especialmente via os estudos sobre cultura organizacional. Jaime Jr. (2005), por exemplo, destaca como as representações simbólicas e a produção de sentidos sobre o trabalho constituem diferentes espaços organizacionais em uma mesma organização. Pinheiro e Carrieri (2014) apresentam, por meio de uma etnografia em uma organização, como os sujeitos estabelecem jogos sociais no cotidiano de trabalho de modo a produzir realidades de trabalho que sejam coerentes com a dinâmica simbólica das relações laborais que produzem o “eu” e o “outro”, ou, os “gerentes” e o “chão de fábrica”.

Porém, são nas pesquisas de Cavedon (1988) sobre instituições de ensino, em pequenas e microempresas (Ferraz & Cavedon, 2005) ou na área de segurança pública (Cavedon, 2014) que os estudos sobre cultura organizacional, no âmbito da produção acadêmica brasileira, deixam de considerar a cultura como um fenômeno gerenciável, sendo considerada no plural, heterogênea e simbólica. Para a referida autora, o conceito de cultura organizacional é definido como sendo:

[...] a rede de significações que circulam dentro e fora do espaço organizacional, sendo simultaneamente ambíguas, contraditórias, complementares, díspares e análogas implicando ressemantizações que revelam a homogeneidade e a heterogeneidade organizacionais (Cavedon, 2003, p. 33-34).

É justamente por esse entendimento simbólico de interpretação e da capacidade de produção de sentidos dos sujeitos que a etnografia é uma metodologia de pesquisa relevante para a área de EOR, particularmente no caso dos estudos desenvolvidos no Brasil, onde a influência do interpretativismo cultural de Geertz (1989) é muito sentida. Estudos etnográficos também têm sido desenvolvidos, no âmbito dos EOR, para a compreensão das relações entre cultura e espaço, nos estudos sobre as cidades, conforme pode ser observado no trabalho de Ipiranga (2010). De acordo com a referida autora, a cidade pode ser compreendida a partir da organização de seus diferentes espaços que, no contexto em estudo, foi delimitado a emergência de bares e restaurantes em três bairros na cidade de Fortaleza, Ceará. Como resultados da etnografia na cidade, Ipiranga (2010, p. 1) destaca as diferentes práticas de produção simbólica e de intervenção do Estado no espaço urbano e ressalta como suas formas de ocupação “proporcionaram a emergência de espaços intermediários no contexto de uma cidade dividida em duas, rica em simbolismos e interação, fragmentada e solitária, incapaz de compartilhar os códigos culturais, o que sugere desafios à sua gestão”. A autora, com base em uma etnografia da dinâmica simbólica da cidade, possibilita a ampliação do conceito de espaço organizacional delimitado a uma organização para a sua compreensão e constituição com base nas interações sociais que a fazem transbordar para um contexto mais amplo, no caso analisado sendo as cidades.

Especificamente sobre o conceito de espaço, a pesquisa de Figueiredo e Cavedon (2012) sobre representações sociais de um centro comercial e de Fantinel, Cavedon e Fischer (2012) sobre as sociabilidades organizacionais destacam diferentes modos de produção do espaço organizacional, a partir da dinâmica simbólica produzida entre os sujeitos sociais. Figueiredo e Cavedon (2012) afirmam que as representações sociais produzidas e reproduzidas no cotidiano organizacional configuram hierarquias de poder simbólico entre as pessoas de formas a classificar os “bons” frequentadores, os “maus” frequentadores e os frequentadores “invisíveis” do centro comercial estudado. Cada um desses grupos percorre trajetórias, identificados pelas autoras como manchas de

sociabilidade, que têm relação com a organização, mas que não se restringem a ela. No entendimento de Figueiredo e Cavedon (2012), a organização é parte constituinte de contextos de práticas ampliados e representa, para cada grupo social que faz dela seu ponto de referência físico e simbólico, formas diferentes de apropriação do espaço urbano.

Já Fantinel, Cavedon e Fischer (2012) argumentam que as sociabilidades organizacionais são ações recíprocas que se constroem a partir de processos interativos, representativos e simbólicos que se dão dentro e fora do espaço organizacional, permeados pela gestão e pelo cotidiano organizacional. Deste modo, as relações entre etnografia, cultura e espaço possibilitam compreender como o conceito de espaço organizacional não pode ser limitado às estruturas organizacionais, mas, compreendem, também, as interações simbólicas entre os sujeitos para além do espaço de trabalho (Fantinel, Cavedon & Fischer, 2012). Com efeito, as sociabilidades construídas no desenvolvimento da etnografia possibilitam compreender como o espaço organizacional é produzido simbolicamente e dinamizado com base nas interações sociais, além das relações de trabalho, a exemplo dos happy hours (Flores-Pereira, Cavedon & Davel, 2008).

Chiesa e Cavedon (2013), ao problematizarem como as organizações podem se constituir em não lugares, também objetivam refletir sobre como a etnografia pode contribuir para o avanço teórico dos debates sobre os espaços organizacionais. Chiesa e Cavedon (2013), ao etnografarem uma organização cultural que atua no segmento digital, afirmam que as práticas possibilitam que as organizações produzam diferentes espaços pela cidade, o que impossibilita demarcar limites fixos para onde estas começam ou terminam. O entendimento do espaço organizacional e das próprias organizações passa a ser relacionado aos lugares onde elas acontecem, conforme propõe Schatzki (2006), por exemplo.

Em uma perspectiva fenomenológica, Flores-Flores-Pereira, Davel e Cavedon (2008) destacam como, em um estudo etnográfico, a relação entre cultura e organização pode ser compreendida por meio da produção de artefatos organizacionais, especificamente o próprio corpo humano como desdobramento dessa dinâmica. Para os referidos autores, a etnografia possibilita compreender cultura e espaço organizacional pelos modos como as culturas organizacionais produzem o corpo e a experiência cultural incorporada nas organizações. Ainda que Flores-Pereira, Cavedon e Davel (2008) adotem uma abordagem fenomenológica e interpretativa para as discussões entre etnografia, cultura e espaço nas organizações, essa pesquisa avança teoricamente na área de Administração ao discutir as experiências pré-reflexivas, ou seja, a compreensão da realidade e do espaço organizacional para além do domínio da consciência humana passível de controle e de produção de sentidos que preenchem o espaço organizacional (abstrato). Sendo assim, essa abordagem fenomenológica da etnografia contribui para superar divisão entre natureza e cultura que caracterizou os primeiros estudos antropológicos e etnográficos, pois considera a necessidade de reconhecimento do corpo humano biológico também sendo produzido culturalmente. Um ponto em comum dos estudos interpretativos é a relevância das práticas sociais como forma de uma primeira tentativa de não separação entre a dimensão simbólica e material das produções culturais. É possível considerar, então, que a incorporação dos estudos baseados em práticas (EBP) nos EOR possibilitou uma reformulação do conceito e das formas de estudos dos espaços organizacionais, bem como da condução das etnografias.

ETNOGRAFIAS MULTILOCALIZADAS: PRÁTICAS, PROCESSOS E SUJEITOS MULTILOCAIS

A apropriação do método etnográfico nos EOR, por meio de diferentes bases epistemológicas, tem ocorrido, enfaticamente, a partir da delimitação de um local específico para a realização do estudo de campo. Este pode ser uma organização ou

uma cidade, por exemplo, conforme foi apresentado ao longo deste artigo. A questão que se coloca é: que desafio se impõe quando o objeto de estudo etnográfico se constitui a partir de diferentes locais? Como etnografar processos organizativos que se constituem em diferentes locais, sejam estes físicos, virtuais ou simbólicos, preservando o princípio da descrição densa e do respeito à ideia de construção epistemológica do objeto pesquisado? Com o intuito de contribuir para a reflexão suscitada por essas questões, buscamos nesta seção elaborar a possibilidade de desuniversalizar os pesquisadores e as práticas de pesquisa para pensar a etnografia multissituada (Marcus, 1995; 1999). Nesta seção, discutiremos as relações entre etnografia, cultura e espaço tendo como base os EBP.

Num esforço de questionar a prevalência do espaço fisicamente delimitado em detrimento do itinerário na pesquisa etnográfica, Clifford (1997) afirma a necessidade de se retomar a característica processual da etnografia. Para o referido autor, no século XX, as etnografias foram realizadas a partir de uma perspectiva onde as relações de convivência intensiva com o campo estudo foram prevalentes sobre as relações de percurso do etnógrafo na construção da pesquisa. Essa construção é discutida por Clifford (1997) como sendo um dos legados das epistemologias positivistas e colonialistas dos primeiros estudos antropológicos que resultaram no entendimento do campo como um laboratório ou um lugar a “ser descoberto” como principal fator da necessidade de se determinar exatamente as fronteiras do campo de trabalho, e, mais ainda, de considerar o “estar lá” em detrimento da construção do campo etnográfico. Para o referido autor, é necessário então retomar a processualidade da etnografia e considerar os circuitos que possibilitam compreender fenômenos sociais que se constituem em diferentes localidades, temporalidades e são interconectados por diversos aspectos sociais.

Seguindo essa perspectiva de análise processual e pós-estruturalista das organizações e da etnografia, Tureta (2010) desenvolve um estudo etnográfico sobre a produção de

um desfile de escola de samba. Ao pesquisar o setor de harmonia da agremiação, que é responsável pela mobilidade da escola de samba durante seu desfile, o autor evidencia como um conjunto de elementos heterogêneos é articulado na rede de práticas da organização para formar um macro-ator: a escola de samba. Tureta (2010) destaca que a etnografia possibilita compreender como diferentes arranjos entre elementos humanos e não humanos no cotidiano de trabalho possibilitam à organização acontecer processualmente. O autor destaca que os elementos não-humanos possuem influência na prática da pesquisa de campo e podem gerar transformações, inclusive, nas formas de condução da etnografia. Com efeito, essas discussões propostas por Tureta (2010) avançam teoricamente nos debates sobre etnografia, cultura e espaço nos EOR brasileiros, pois destacam a necessidade de se repensar a dualidade natureza e cultura na medida em que considera a capacidade de agência da natureza e não somente da cultura. Estudos como os de Camillis (2011) e Montenegro (2013) que, assim como Tureta (2010), utilizaram a Teoria Ator-Rede como base teórica, também destacam estas proposições de superação da dualidade natureza e cultura nos EOR.

Esse debate sobre a processualidade das organizações também tem sido retomado nos EOR com um movimento denominado de o “retorno da mobilidade” (COSTAS, 2013). Esse movimento tem destacado que apesar do avanço no entendimento das organizações como processos, estes são analisados, enfaticamente, com base no “local de trabalho” (Golshorki *et al.*, 2010), o que impossibilita a compreensão dos movimentos dos processos organizativos a partir da produção de diferentes espaços e locais (Mendes & Cavedon, 2013). Os EOR têm privilegiado pesquisas que discutem as organizações a partir das práticas que caracterizam sua “permanência” em determinados “lugares” (Costas, 2013), sejam estes entendidos com base em sua estrutura física, discursiva ou mesmo virtual, desconsiderando, por exemplo, processos organizativos que tem como característica, a mobilidade socioespacial como base de sua constituição, como grandes eventos esportivos ou organizações móveis, a exemplo

das que utilizam plataformas e/ou aplicativos digitais, ou mesmo no campo da cultura, como os circos (Parker, 2012).

Sob este aspecto, as discussões propostas por Clifford (1997) permitem repensar metodologicamente esse debate sobre o “retorno da mobilidade” nos EOR, justamente pela ênfase na etnografia de processos sociais em movimento. Isso possibilita, portanto, a operacionalização metodológica dos debates sobre as organizações como processos multilocalizados que não podem ser circunscritos, necessariamente, a um local específico, podendo ser, como exemplo, digitais (Chiesa & Cavedon, 2013). Com efeito, é possível compreender as ramificações das organizações por e em diferentes espaços pela sociedade e produzidas por diferentes lugares. O conceito de espaço organizacional é entendido como processo produzido pelas práticas sociais que possibilitam superar a dualidade natureza-cultura, ao destacar a subjetividade de materialidade e a materialidade de subjetividade, por exemplo. O trabalho de campo para Clifford (1997) deve ser compreendido como encontros de percursos, pois se caracteriza por uma rede de práticas de conviver, percorrer e construir o campo de pesquisa. Estes percursos se caracterizam por práticas espaciais. Retomando as discussões de Certeau (2008), Clifford (1997) afirma o espaço como sendo discursivamente mapeado e corporalmente praticado. Portanto, o campo de pesquisa não é dado ou determinado, mas praticado (Clifford, 1997).

Essas discussões sobre a necessidade de se retomar a processualidade da etnografia também ocorreram nos EOR, especialmente em termos de problematização do conceito de organização. Os estudos baseados nas práticas apresentam um debate sobre as práticas etnográficas e suas dinâmicas frente à construção das relações entre cultura e espaço nesse campo. Os EBP nos EOR consideram que as práticas possibilitam transcender as divisões de plano de análise micro-meso-macrossocial das organizações e compreender o cotidiano nos processos organizativos com base, também, na dimensão macrossocial. Uma das principais contribuições dos EBP, nesse contexto, é

apresentar uma abordagem processual de análises organizacional (Czarniawska, 2013; Gherardi, 2012; Schatzki, 2006).

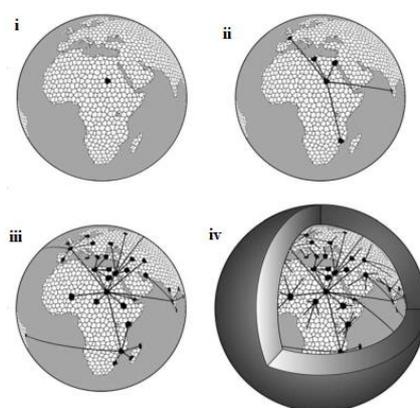
Ao considerarmos os EBP como uma epistemologia (Feldman & Orlikowski, 2011), a teoria das práticas possibilita compreender como as micropolíticas do cotidiano organizacional se constituem com base em desigualdades e diferenças nas relações de poder (Oliveira & Cavedon, 2018; Ortner, 2005). As etnografias nos EBP deixam de ser consideradas enfaticamente com base em métodos de pesquisa desenvolvidos em um local, ou focado enfaticamente na dimensão microanalítica, e consideram a necessidade de seguir as dinâmicas dos processos que constituem as organizações. Não há mais um “local” definido para as práticas da etnografia organizacional, mas um contexto sociohistórico e cultural que deve ser considerado para a compreensão das organizações. Se não é possível definir a priori o local da etnografia, como esse método de pesquisa é operacionalizado em uma abordagem prática e processual nos EOR?

Retomando as discussões de Clifford (1997) sobre a necessidade de se considerar a dinâmica processual da etnografia, Marcus (1999; 1995) afirma que as relações sociais, linguagens, práticas ou processos da vida cotidiana que possuem uma inserção macrossocial podem demandar que sejam realizadas adaptações nos lócus de realização do estudo etnográfico. O referido autor destaca a necessidade de se estabelecer etnografias multissituadas no intuito de articular as dimensões microanalíticas do trabalho de campo com as conformações macrossociais de constituição do objeto etnográfico em tempos e espaços difusos, como pode ser observado na figura 1.

De acordo com Cooke, Laidlaw e Mair (2009), os objetos de estudos etnográficos estão em interação com as relações de forças macrossociais, a exemplo dos sistemas econômicos, e suas formações se dispersam na sociedade, como pode ser observado nas linhas pretas da figura 1, rompendo com o entendimento da existência de campos

locais de etnografia (i) e se espalham ao redor do mundo (ii-iii) resultando na necessidade de agregá-las para formar o campo multi-localizado (iiii). Marcus (1999) discute que na etnografia multissituada, o mais importante não é somente traçar as linhas de conexões entre os objetos de estudo, mas, especialmente, discutir as relações sociais e a produção material destes movimentos que possibilitam formar “circuitos culturais”.

Figura 1. Representação da pesquisa etnográfica multissituada



Fonte: Adaptado de Cooke, Laidlaw e Mair (2009)

Nos EOR, a adoção dessa forma de condução de estudos etnográficos possibilita, por exemplo, a pesquisa em cadeias produtivas que se constituem em diferentes locais, ou mesmo países. É isso que o estudo de Pinheiro Machado (2009) propõe ao destacar como um estudo realizado por uma pesquisadora no Brasil, Paraguai e China possibilita entendimentos sobre como a organização dos modos de produção capitalista influencia o cotidiano das pessoas em diferentes países. E, mais do que isso, como as vidas cotidianas de pessoas que não se conhecem estão interligadas por processos organizacionais, a exemplo das cadeias produtivas, que tem como base a lógica produtiva do atual sistema econômico.

Algumas críticas em relação à etnografia multissituada se referem à possibilidade de não se realizar uma descrição densa preconizada nos trabalhos de Geertz (1989), por exemplo, para a efetivação de um trabalho de campo etnográfico, ou por não destacar as “práticas espaciais de convivência intensiva” do grupo social estudado (Clifford, 1997, p. 57). Porém, como afirma Horst (2009), o objetivo das etnografias multilocalizadas é realizar uma descrição densa dos elementos que possibilitem analisar as redes de conexões entre as pessoas, práticas, atividades ou significados analisados, ou seja, é uma descrição densa do processo de construção do campo de pesquisa etnográfica, quando este se constitui a partir de uma perspectiva multilocal.

Esse debate sobre a multilocalidade dos espaços organizacionais também pode ser pensado em termos culturais, quando os lugares ocupados pelos etnógrafos em campos são construídos a partir de diferenciações políticas. De Walt e De Walt (2011), por exemplo, afirmam a necessidade de refletir sobre como categorias sociais de gênero, de sexualidade, classe e raça delimitam a forma de inserção etnográfica em campo, pois dizem respeito à forma de construção e posicionamento dos sujeitos na sociedade. Ainda para os referidos autores, poucos estudos etnográficos têm debatido como estas questões influenciam o acesso e desenvolvimento do trabalho etnográfico, bem como o desenvolvimento da etnografia, pois é uma forma de exposição do pesquisador e da pesquisa que o ambiente acadêmico ainda se distancia em problematizá-los. Entretanto, é necessária a produção desses debates no trabalho de campo, visto que as pesquisas etnográficas também implicam uma dimensão política de construção do espaço organizacional.

Sobre as discussões de como a etnografia possibilita problematizar as relações entre cultura e espaço organizacional, dois trabalhos na área de EOR destacam essa dinâmica, sendo estes de Oliveira (2015) e Alcadipani e Rosa (2010). A pesquisa de Alcadipani e Rosa (2010), tendo como base um estudo etnográfico realizado em uma organização no Reino Unido, destaca como o colonialismo preserva hierarquias sociais que se manifestam na prática da pesquisa etnográfica, especificamente em questões de

gênero. De acordo com os referidos autores, ainda que o etnógrafo latino-americano queira posicionar o sujeito europeu como o “outro” na pesquisa, o contexto cultural colonialista possibilita uma inversão que o desloca de volta para a posição do “outro”, do excêntrico no espaço organizacional.

Oliveira (2015), em uma pesquisa realizada com base em uma etnografia multilocalizada com circos contemporâneos no Brasil e no Canadá, contribui com estas discussões ao afirmar que além de questões de gênero destacam-se, também, fatores raciais na realização do trabalho de campo etnográfico. Nesse estudo, Oliveira (2015) destaca que sendo brasileira e negra, o fator racial a posicionou como sendo uma “estrangeira” na região sul do Brasil, devido a fatores raciais, e uma “típica brasileira” no Canadá, devido à produção discursiva da figura da mulata. Desse modo, o negro é considerado como sendo o “outro” nos dois contextos organizacionais estudados. As relações entre etnografia, cultura e espaço nessas pesquisas possibilitam o entendimento de como a dinâmica sociohistórica macrossocial influencia as micropolíticas do cotidiano etnográfico.

Sendo assim, as relações entre etnografia, cultura e espaço em uma abordagem das práticas e multilocalizada destacam que o espaço organizacional não somente é processual e heterogêneo, como a relação entre natureza e cultura deve ser considerada em uma dinâmica sóciohistórica, cultural e política, materializada na produção de objetos, ou mesmo nos próprios corpos dos pesquisadores, como destacam as pesquisas sobre gênero e raça. Além disso, ao considerarmos que as organizações são processos socioespaciais que podem se constituir em diferentes locais, em diferentes cidades ou mesmo países, os estudos etnográficos multilocalizados contribuem com os EOR ao destacarem debates sobre as práticas organizacionais e não das e/ou nas organizações, relativizando a relação espaço e tempo do campo etnográfico.

ETNOGRAFIAS, ESPAÇOS E ORGANIZAÇÕES: AS RELAÇÕES ESPAÇO-TEMPO COMO BASE DE CONSTRUÇÃO DOS ESPAÇOS ORGANIZACIONAIS

As formas de apropriação e de condução dos estudos etnográficos nos EOR delimitam a construção e o entendimento sobre o espaço nas organizações. Quando articulamos os conceitos de etnografia, espaço e organizações em uma pesquisa, é preciso destacar que o relato produzido com o trabalho de campo que se constituiu a partir de um contexto sociohistórico específico. Nesta seção, buscaremos incluir o tempo como outro elemento necessário para a reflexão a respeito da construção do campo na pesquisa etnográfica nos EOR.

O debate nos EOR se a etnografia se faz nas ou das organizações pode parecer retórico, mas vai muito além disso. A etnografia na organização pode pressupor uma definição estruturalista para o fenômeno organizacional que se torna um a priori quando os pesquisadores estabelecem o campo da etnografia. Colocando em outras palavras, essa postura tende a ignorar os aspectos teóricos que balizam a construção da organização como campo empírico, porque parte do princípio de que tais aspectos estão dados. Embora a etnografia seja alternativa ao *mainstream* da pesquisa sobre organizações, a falta de preocupação de grande parte dos pesquisadores com a construção do campo assevera a perda do potencial crítico desse método. A etnografia conduzida na organização pode omitir que o status ontológico da organização estrutural-funcionalista seja passível de questionamento. Ao presumir que a organização tem uma existência física significativamente importante, o pesquisador diminui a relevância daquilo a que se propõe estudar: as práticas humanas no seu contexto.

A etnografia da organização pode incorrer na mesma limitação além de tomar a organização – e não as práticas das pessoas na organização – como objeto da pesquisa. E se a organização não é um ente, torná-la um objeto implica desconsiderar a

dinâmica das diferentes relações espaço-temporais que as caracterizam a partir das práticas em seus diferentes contextos de ação. Do mesmo modo, essa perspectiva pode limitar o entendimento sobre como o processo de construção da relação espaço e tempo dos pesquisadores com o campo etnográfico foi construída a partir das potencialidades e das limitações que esta relação implica às partes envolvidas. É por isso que pouco observamos nos EOR debates sobre como os “lugares” dos etnógrafos implicam determinada concepção sobre espaço organizacional negligenciando questões de gênero, raça, nacionalidade, por exemplo, como formas sociais produtoras destas concepções.

A etnografia capta a diversidade de formas sociais desdobradas no espaço. Mas além dos limites físicos e simbólicos que situam as práticas culturais, o campo também se relaciona ao tempo. O objeto de estudo da etnografia são as práticas sob a forma de realidades discretas localizadas também temporalmente. Como parte do rigor do método, o pesquisador precisa conviver com os sujeitos de pesquisa por certo tempo – um tempo indefinido, mas que precisa ser longo o suficiente para que se possa assimilar o sentido das práticas e tomar parte delas. Apesar disso, não é desse tempo que falamos quando acrescentamos a dimensão tempo à construção do campo. O tempo em questão é o tempo das práticas culturais: o contexto vivencial que está relacionado ao tempo histórico, com a diferença que “o historiador se esforça para reconstruir a imagem das sociedades tais como foram nos momentos que para elas correspondiam ao presente, ao passo que o etnógrafo faz o melhor possível para reconstruir as etapas históricas que precederam no tempo as formas atuais” (Levi-Strauss, 1989, P. 284).

As práticas são dinâmicas, desenvolvem-se no presente, e o que o relato etnográfico faz é capturar esse momento. Isso acaba por eternizá-lo, mas o objetivo da etnografia não é inventariar as práticas para conservá-las, e sim entendê-las a partir do contexto espaço-temporal onde se desenvolvem. Com o acelerado processo de perda cultural

que observamos na modernidade, etnografias de culturas extintas ou em vias de extinção podem acabar se transformando em registros históricos. De maneira análoga, o mesmo é verdadeiro para as práticas contemporâneas viabilizadas pela tecnologia, como por exemplo as interações em plataformas tecnológicas que mudam rapidamente e se tornam obsoletas, ou como as interações em redes sociais. Em qualquer das circunstâncias, o tempo da etnografia é diacrônico e se desenrola no espaço, no ciclo das práticas, construindo um sentido próprio de um momento.

As etnografias sobre as práticas nos EOR destacam justamente o desenrolar contextual das organizações, a partir dos ciclos das práticas. As etnografias multilocalizadas possibilitam desconstruir a visão reificada dos espaços, pois não falamos de uma centralidade física determinante nem de um ente, mas de organizações espaço-temporalmente multilocalizadas. Ao enfatizar essa dimensão espaço-temporal das práticas na construção dos espaços organizacionais, os EBP avançam no sentido de problematizar os diferentes locais ocupados pelos etnógrafos nesses espaços, pois, como afirma Marcus (1995), o trabalho de campo multissituado é, portanto, sempre conduzido com uma consciência de que a posição do etnógrafo está sempre em renegociação. Esse entendimento possibilita avançar na problematização da relação espaço e tempo característica das etnografias e que é base para a definição de espaço organizacional, pois coloca em discussão o contexto vivencial dos etnógrafos como base nas vivências do trabalho de campo. A forma de condução da pesquisa etnográfica é que delimita os espaços nas organizações, pois é esta relação espaço e tempo que o pesquisador constrói com o campo a base para a desconstrução das organizações como entes e dos etnógrafos como sujeitos universais. Com efeito, nessa perspectiva, é possível problematizar os lugares dos etnógrafos, seja em termos de gênero, raça, ou classe social, como já dissemos, bem como a desconstrução da temporalidade universal buscada nesses estudos a partir da delimitação de um tempo mínimo de trabalho de campo como critério de validade de uma pesquisa etnográfica. Se os sujeitos etnógrafos não são universais, a relação espaço-tempo construída com o

campo também não se constitui a partir desse entendimento e, tampouco, o espaço organizacional pode ser universalizado.

Apesar da etnografia já ter sido incorporada enquanto método de pesquisa aos EOR, é preciso destacar que a construção metodológica de um estudo está imbricada aos pressupostos epistemológicos que o constituem. Sendo assim, é preciso considerar que a produção de conhecimento em Administração que se utilize do método etnográfico deve reconhecer as diferentes formas do “fazer etnográfico”; portanto, este não é um método uniforme. Ao propormos um debate a respeito da incorporação da etnografia como método de pesquisa na área de Administração e seus efeitos na construção epistemológica do conceito de espaço organizacional nos EOR, destacamos justamente a necessidade de uma aproximação das discussões sobre epistemologia do conhecimento em Administração com os debates epistemológicos de construção do método etnográfico.

Com base nas discussões realizadas nesse artigo é possível considerar que o “espaço” da etnografia nos EOR tem sido predominantemente constituído com base em estudos interpretativos que consideram o espaço organizacional como uma produção simbólica, ou, como afirmam Carrieri e Saraiva (2007), há um destaque maior para as organizações de simbolismo intensivo. As bases do “fazer etnográfico” da Escola de Chicago e dos pressupostos de Clifford Geertz de que a cultura é uma teia de significados tem sido a base das etnografias organizacionais no país.

Essa conclusão é reforçada por Yen-Tsang, Dutra-de-Lima e Pretto (2013), que constata que os estudos etnográficos na área de Administração no Brasil têm enfatizado e apresentado como principal autor deste método antropológico Clifford Geertz. Entretanto, nem todas as etnografias podem ser consideradas com base no interpretativismo e utilizar os debates de Clifford Geertz como base de construção da etnografia organizacional. Existe uma diversidade de abordagens e de autores que

discutem etnografia, sendo necessário aos pesquisadores em EOR se atentarem a estes estudos e avançarem em termos teóricos e de método de pesquisa na utilização dos pressupostos etnográficos em suas pesquisas.

Como tem ocorrido na área da Antropologia (ver Clifford, 1997; Ingold, 2013) é necessário repensar o “fazer etnográfico” a partir da não dualidade entre cultura e natureza, ou entre o subjetivismo e o objetivismo, e considerar que a dimensão material (Latour & Wooglar, 1997) ou biológica (Ingold, 2010) da sociedade não podem ser separadas de sua produção subjetiva e cultural. A questão que se coloca é que para os EOR avançarem nesse propósito e nesse diálogo, é necessário também que se avance teoricamente e nos debates sobre a condução da pesquisa etnográfica. O método etnográfico é assumido como um a priori, ou seja, há uma forma de condução da pesquisa de campo já estabelecida, enfaticamente nos moldes interpretativistas, e pouco se tem debatido sobre outras formas de se conduzir metodologicamente a etnografia de forma que seja possível também avançar teoricamente na produção de conhecimento em Administração.

As etnografias estruturalistas destacam o entendimento do espaço organizacional como estrutura, visto a dimensão institucional de análise das organizações. Nestas pesquisas, assim como as primeiras etnografias com inspiração no trabalho de Malinowski, existe uma oposição entre cultura e natureza mediada pelas estruturas sociais. Já as pesquisas que destaquem o espaço organizacional como produção simbólica a separação entre cultura e natureza pode ser compreendida por meio das representações (cultura) constituídas pelos sujeitos para a apreensão da realidade (natureza) e do espaço organizacional (abstrato). As etnografias pós-estruturalistas provocam um debate sobre como cultura e natureza são imbricadas, ou seja, os espaços organizacionais são produzidos concomitantemente em termos subjetivos e objetivos. As representações (cultura) produzidas pelos sujeitos sobre a realidade (natureza) não são mecanismos de preenchimento de sentido do espaço organizacional. Mas, a

produção cultural somente ocorre por “fazer parte” desta realidade e são as práticas sociais uma das unidades de análise que possibilitam a discussão e o entendimento desse processo. Por isso, a etnografia é considerada um método adequado para estes estudos, uma vez que possibilita uma produção de conhecimento engajada com a realidade estudada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível considerar, com base no que foi discutido neste artigo, que a etnografia não tem um fim em si mesmo, ou seja, conduzir uma pesquisa etnográfica não significa necessariamente que a ênfase do estudo estará no entendimento da dimensão simbólica das organizações. A predominância das abordagens interpretativas nos estudos etnográficos na área de EOR, conforme foi discutido ao longo deste artigo, remete a oposição epistemológica construída na área da Antropologia entre “cultura” e “natureza” que foi transposta para a área de Administração, especialmente nos debates sobre espaços organizacionais, no que se refere à oposição entre a produção simbólica e a dimensão física das organizações.

Se alguns antropólogos já avançaram nesse debate no sentido de tentar desconstruir essa oposição entre as dimensões subjetivas e objetivas da realidade (Clifford, 1997), é preciso que na área de EOR essa discussão também seja realizada para que se torne possível uma apropriação mais elaborada, epistemologicamente, e em termos da condução de pesquisas etnográficas, na área de Administração. Para que isso aconteça, é necessário compreender que uma das principais questões que a adoção do método etnográfico coloca ao pesquisador é a construção da relação espaço-tempo com o campo. Se considerarmos os sujeitos etnógrafos como sujeitos universais, ou seja, destituídos de seu próprio local, a diversidade de formas sociais desdobradas no espaço que seria descrita pelo trabalho etnográfico se perde. Nesse sentido, poderá incorrer no risco de reprodução do pensamento centrado na lógica dicotômica por

oposição que, conforme discute Collins (2016), estrutura e reproduz a lógica de categorização na qual as dualidades apenas tem significados em relação das diferenças constituintes de sua contraparte em oposição.

Se considerarmos como objeto da etnografia a organização e não as práticas sob a forma de realidades discretas localizadas espaço-temporalmente (espaço organizacional), também incorremos no risco de descaracterizar o contexto vivencial do trabalho de campo em prol de um entendimento universal sobre espaços organizacionais, de forma que o "eu" se torna a referência para compreender e normatizar o outro. Em termos analíticos, isso significa, por exemplo, compreender que as organizações constituídas a partir da lógica ocidental que são, de fato, organizações, sendo o "outro" algo não passível de análise.

Sendo assim, argumentamos que é a forma de condução da pesquisa etnográfica que delimita os espaços nas organizações, pois é a relação espaço e tempo que o pesquisador constrói com o campo etnográfico que delimita o objeto a ser estudado (quais práticas?) e seus desdobramentos em um contexto sociohistórico específico (qual espaço organizacional?). Se considerarmos os sujeitos sendo universais, sem problematizar seus locais de fala, a exemplo de questões de gênero, raça, sexualidade, classe social, as práticas e os espaços tendem a ser universalizados, pois partem de um ponto de vista comum. Entretanto, na medida em que os estudos etnográficos nos EOR desconstruírem o mito do etnógrafo assexuado, não racionalizado, outros espaços organizacionais tendem a ser produzidos, pois serão outras relações espaço-temporais que serão base destas construções. Oliveira (2019), por exemplo, faz justamente essa crítica ao discutir como o ensino do método etnográfico na área de Administração tem como pressuposto a neutralidade racial e sexual de quem realizará a pesquisa. E, mesmo quando há esse debate, há um pressuposto de que em uma possível relação de dominação e subordinação com o campo, o etnógrafo que exercerá a relação de poder, partindo do pressuposto que pessoas historicamente marginalizadas não fazem

pesquisa de campo. Localizar a/o etnógrafo/o no espaço pesquisado é justamente romper com os silenciamentos que o ensino do método etnográfico na área de Administração tem reproduzido em relação a quem ocupa seus próprios espaços acadêmicos e científicos. Se a sociedade é estruturada em termos raciais, de gênero, sexualidade e classe, por exemplo, como isso não impacta na própria delimitação do espaço organizacional pesquisado? Homens e mulheres, pessoas brancas e não brancas, pessoas cis e trans, podem ocupar o mesmo espaço em um estudo etnográfico?

Em nosso entendimento, os EBP no Brasil avançam nesse sentido, ao terem como pressuposto a necessidade de se contextualizar as práticas culturais e sociais para a compreensão do espaço organizacional. Porém, estes estudos não avançam nos debates sobre o trabalho de campo do etnógrafo, uma vez que não rompem com a postura de silenciar o etnógrafo enquanto sujeito da pesquisa, o que a apropriação da concepção da etnografia multilocalizada pode fazer ao reconhecer a necessidade de etnografar as práticas que conectam diferentes locais e a relevância do posicionamento do etnógrafo nesse contexto.

Para que isso seja possível, uma técnica etnográfica em específico deve ser considerada: os diários de campo (Clifford, 2007). A escrita reflexiva dos diários de campo possibilita esses encontros de relativização (Flores Pereira, 2019) de nosso próprio lugar na pesquisa, seja em termos de reflexividade, seja em termos de produção de material empírico para a análise. Sem esse trabalho reflexivo, não há possibilidade de rompimento com o silenciamento do entendimento de que quem faz etnografia se torna, também, um sujeito da pesquisa, afinal é a sua experiência que é colocada sobre escrutínio de análise, o que tem, como efeito, a possibilidade de nossas desconstrução como sujeitos universais e nosso posicionamento não mais como “eu”, mas como mais um ou mais uma no trabalho de campo.

Com esse artigo esperamos abrir um diálogo com pesquisadores da área de Administração para que seja possível debater as diferentes formas de se conduzir uma pesquisa etnográfica nas organizações que, com efeito, produza possibilidade de se avançar teoricamente em termos do método e dos conceitos que baseiam nossa área de atuação. Também tivemos como propósito apresentar aos leitores e as leitoras e pesquisadores e pesquisadoras que utilizam, ou tenham a intenção de utilizar, a etnografia em seus estudos diferentes forma de compreensão e desenvolvimento da pesquisa de campo etnográfica. Sendo assim, o debate proposto nesse estudo deve ser continuado em futuras pesquisas para que seja possível discutirmos outras possibilidades de incorporação do método etnográfico com base nos avanços teóricos e epistemológicos que a área de Administração tem apresentado nos últimos anos, especialmente no que se refere repensar os limites da separação entre cultura e natureza, de forma que seja possível compreender a complexidade dos diferentes processos organizacionais que temos em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

Alcadipani, Rafael & Rosa, Alexandre R. (2011). From grobal management to glocal management: Latin American perspectives as a counter-dominant management epistemology. *Canadian Journal of Administrative Sciences*, 28(4), 453-466.

Alcadipani, Rafael & Rosa, Alexandre R. (2010). O pesquisador como o outro: uma leitura pós-colonial do "Borat" Brasileiro. *Revista de Administração de Empresas*, 50(4), 371-382.

Bate, S. P. (1997). Whatever happened to organizational anthropology? A review of the field of organizational ethnography and anthropological studies. *Human Relations*, 50(9), 1147-1175.

Buchanan, David A. & Bryman, Alan (2007). Contextualizing methods choice in organizational research. *Organizational Research Methods*, 10(3), 483-501.

Clegg, Stewart, Linstead, Stephen; Sewell, Graham (1999). Only penguins: a polemic on organization theory from the edge of the world. *Organization Studies*, 20(7), 103-117.

Camillis, Patricia K. (2011) *Por uma administração do cotidiano: um estudo ator-rede sobre autogestão*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

Carrieri, Alexandre P. & Saraiva, Luiz Alex S. (Orgs.). *Simbolismo organizacional no Brasil*. São Paulo: Atlas.

Cavedon, Neusa R. (2014). A qualidade de vida no trabalho na área da Segurança Pública: uma perspectiva diacrônica das percepções olfativas e suas implicações na saúde dos servidores. *Organizações & Sociedade*, 21(68), 875-892.

Cavedon, Neusa R. (2010). "De frente pro crime": cultura organizacional e socialização dos peritos ingressantes no Departamento de Criminalística do Instituto-Geral de Perícias do Rio Grande do Sul. *Revista de Administração Mackenzie*, 11(4), 38-65.

Cavedon, Neusa R. (2003). *Antropologia para administradores*. Porto Alegre: UFRGS.

Cavedon, Neusa R. (1988). *As manifestações rituais nas organizações e a legitimação dos procedimentos administrativos*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

Certeau, Michel (2008). *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2008.

Chiesa, Carolina D. & Cavedon, Neusa R. (2013). Entre lugares e não-lugares: etnografia da Casa da Cultura Digital no espaço público e no ciberespaço. *Anais do Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, XXXVII.

Clifford, James (2008). *A experiência etnográfica*. Rio de Janeiro: UFRJ.

Clifford, James (1997). *Route: travel and translation in the late twentieth century*. Cambridge: Harvard University Press.

Cooke, Joanna; Laidlaw, James; Mair, Jonathan (2009). What if there is no elephant? Towards a conception of an un-sited field. In Mark A. Falzon (Ed). *Multi-sited ethnography: theory, praxis, and locality in contemporary social research* (pp. 47-72). London: Ashgate.

Costas, Jana (2013). Problematizing mobility: a metaphor of stickiness, non-places and the kinetic elite. *Organization Studies*, 34(10), 1467-1485.

Czarniawska, Barbara (2013). Organizations as obstacles to organizing. In Daniel Robichaud & François Cooren (Eds.) *Organization and organizing: materiality, agency and discourse* (pp. 3-22). New York: Routledge.

Dewalt, Kathleen M. & Dewalt, Billie R. *Participant observation: a guide for fieldworkers*. Toronto: Altamira Press, 2011.

Evans-Pritchard, Edward E. *Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. Rio de Janeiro: Perspectiva, 1978.

Fabian, Johannes (2006) The other revisited: critical afterthoughts. *Anthropological Theory*, 6(2), 139-152.

Fantinel, Leticia D., Cavedon, Neusa R., & Fischer, Tania M. (2012). Produção de significações do espaço e sociabilidade em um café artesanal de Salvador. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, 1(3), 51-74.

Feldman, Martha S. & Orlikowski, Wanda J. Theorizing practice and practicing theory. *Organization Science*, 22(5), 1240–1253, 2011.

Ferraz, Deise L. S., & Cavedon, Neusa R. (2004). Vida profissional e afetiva das mulheres no Século XXI: o caso das permissionárias do Viaduto Otávio Rocha em Porto Alegre. *Revista Eletrônica de Administração*, 10(5), 1-26.

Figueiredo, Marina D. & Cavedon, Neusa R. (2012). O espaço organizacional e o espaço da cidade: as diversas formas de apropriação física e simbólica de um centro comercial em Porto Alegre. *Gestão e Sociedade*, 6(15), 227-253.

Flores-Pereira, Maria T., Cavedon, Neusa C., & Davel, Eduardo (2008). Drinking beer and understanding organizational culture embodiment. *Human Relations*, 61(7), 1007-1026.

Geertz, Clifford (2005). *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Zahar.

Geertz, Clifford (1989). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar.

Giddens, Anthony (1997). A vida em uma sociedade pós--tradicional. In Anthony Giddens, Scott Lash, & Ulrich Beck. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna* (pp. 73-133). São Paulo: UNESP.

Gherardi, Silvia (2012). *How to conduct a practice-based study*. Cheltenham: Edward Elgar.

Golshorki, Damon, Rouleau, Linda, Seidl, David, & Vaara, Eero (2010). *Cambridge Handbook of strategy as practice*. Cambridge: Cambridge University Press.

Hassard, John, Mccann, LEO, & Morris, Jonathan (2007). At the sharp end of new organizational ideologies Ethnography and the study of multinationals. *Ethnography*, 8(3), 324-344.

Hofstede, Geert (1991). *Culturas e organizações: compreender nossa programação mental*. Lisboa: Silabo.

Ingold, Timothy (2010). Da transmissão de representações à educação da atenção. *Educação*, 33(1), 6-25.

Ipiranga, Ana S. R. (2010). A cultura da cidade e os seus espaços intermediários: os bares e os restaurantes. *Revista de Administração Mackenzie*, 11(1), 65-91.

Jaime Jr., Pedro (2005). Um texto, múltiplas interpretações: antropologia hermenêutica e cultura organizacional. In Neusa R. Cavedon & Lengler, Jorge F. B. *Pós-modernidade e etnografia nas organizações* (pp. 145-170). Santa Cruz do Sul: EDUNISC.

Latour, Bruno & Woolgar, Steve (1997). *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

Law, SETHA & Lawrence-Zuniga, Denise (Orgs.). (2003). *The anthropology of space and place: locating culture*. Oxford: Cornwall, 2003.

Levi-Strauss, Claude (1989). *O pensamento selvagem*. Campinas: Papyrus.

Linstead, Stephen, Maréchal, Garance, Chanlat, Jean-François (2008). Towards Euranglo research? A critical comparison of thirty years of Anglo-Saxon and French organizational analysis. *Revue Sciences de Gestion*, 65(n.spe), 357-376.

Lionnet, Françoise (1992). "Logiques métisses": cultural appropriation and postcolonial representations. *College Literature*, 19(3/1), 100-120.

Magnani, J. G. C. (2009). Etnografia como prática e experiência. *Horizontes Antropológicos*, 15(32), 129-156.

Malinowski, Bronislaw (1978). *Argonautas do pacífico ocidental*. São Paulo: Abril Cultural.

Marcus, George E. (1999). What is at stake – and is not – in the idea and practice of multi-sited ethnography. *Canberra Anthropology*, 22(2), 6-14.

Marcus, George E. (1995). Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography. *Annual Review of Anthropology*, 24, 95-117.

Montenegro, Ludmilla M. (2013). *Um parlamento de múltiplos atores: um estudo sob a perspectiva da teoria ator-rede para o entendimento da governança e dos resultados estratégicos de cursos de graduação em Administração de instituições de ensino superior particulares de Curitiba*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil.

Muldoon, Jeffrey (2012). The Hawthorne legacy: a reassessment of the impact of the Hawthorne studies on management scholarship, 1930-1958. *Journal of Management History*, 18(1), 105-119.

Oliveira, Josiane S. (2015). Subjetividade e raça na (des)construção simbólica da pesquisadora em campo: uma etnografia multissituada em diferentes contextos culturais. *Anais do Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, Belo Horizonte, Brasil, XXVIII.

Ortner, Sherry B. (2005). Subjectivity and cultural critique. *Anthropological Theory*, 5(1), 31-52.

Radcliff-Brown, Alfred (1973). *Estrutura e função nas sociedades primitivas*. Petrópolis: Vozes.

Rocha, Ana Luiza C. & Eckert, Cornelia (2008). Etnografia: saberes e práticas. In Célia R. J. Pinto & César A. B. Guazzelli (Org.). *Ciências humanas: pesquisa e método* (pp. 9-31). Porto Alegre: UFRGS.

Rocha, Everardo, Barros, Carla, & Pereira, Claudia (2005). Fronteiras e limites: espaços contemporâneos da pesquisa etnográfica. In Neusa R. Cavedon & Lengler, Jorge F. B. *Pós-modernidade e etnografia nas organizações* (pp. 121-144). Santa Cruz do Sul: EDUNISC.

Rosaldo, Renato (1988). Ideology, place, and people without culture. *Cultural Anthropology*, 3(1), 77-87.

Sahlins, Marshall D. (1974). *Sociedades tribais*. Rio de Janeiro: Zahar.

Strathern, Marilyn (1995). *Shifting contexts: transformations in anthropological knowledge*. New York: Routledge.

Schatzki, Theodore R. (2006). On organizations as they happen. *Organization Studies*, 27(12), 1863–1873.

Schein, Edgar H. (1996). Culture: the missing concept in organization studies. *Administrative Science Quarterly*, 41, 229-240.

Schwartzman, Helen B. (1993). *Ethnography in organizations*. Newbury Park: Sage.

Tureta, César (2011). *Práticas organizativas em escolas de samba: o setor de harmonia na produção do desfile da Vai-Vai*. Tese de doutorado, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil.

Van Maanen, John & Barley, Stephen R. (1985). Cultural organization: fragments of a theory. In Peter J. Frost, Larry F. Moore, Meryl R. Louis, Craig C. Lundberg & Joanne Martin (Eds.). *Organizational culture*. London: Sage.

Yen-Tsang, Chen; Dutra-de-Lima, Ronaldo G., & Pretto, Karina (2013). Análise qualitativa das publicações nacionais e internacionais em etnografias em administração e estudos organizacionais. *Administração: Ensino e Pesquisa*, 14(2), 211-247.

OS ESPAÇOS, AS PRÁTICAS E AS ETNOGRAFIAS NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS BRASILEIROS

Resumo

O objetivo deste ensaio teórico é realizar uma discussão a respeito da incorporação da etnografia como método de pesquisa na área de Administração e seus efeitos na construção epistemológica do conceito de espaço organizacional nos Estudos Organizacionais. A partir da retomada epistemológica do desenvolvimento de diferentes práticas etnográficas na Antropologia, especialmente o estruturalismo, o interpretativismo e o pós-estruturalismo, apresentamos como esses debates foram incorporados aos Estudos Organizacionais, enfatizando a produção acadêmica brasileira. Argumentamos que a forma de condução da pesquisa etnográfica evidencia as delimitações das concepções de espaços nas organizações, pois é a relação espaço-tempo construída entre pesquisador e o campo de pesquisa que constitui uma das bases para a desconstrução das organizações como entes e dos etnógrafos como sujeitos universais.

Palavras-chave

Organizações. Etnografia. Cultura. Espaço organizacional. Estudos Organizacionais.

LOS ESPACIOS, LAS PRÁCTICAS Y LAS ETNOGRAFÍAS EN LOS ESTUDIOS ORGANIZACIONALES BRASILEÑOS

Resumen

El objetivo de este ensayo teórico es realizar una discusión acerca de la incorporación de la etnografía como método de investigación en el área de Administración y sus efectos en la construcción epistemológica del concepto de espacio organizacional en los Estudios Organizacionales. A partir de la retomada epistemológica del desarrollo de diferentes prácticas etnográficas en la Antropología, especialmente el estructuralismo, el interpretativismo y el post-estructuralismo, presentamos cómo esos debates fueron incorporados a los Estudios Organizacionales, enfatizando la producción académica brasileña. Argumentamos que la forma de conducción de la investigación etnográfica evidencia la delimitación de las concepciones de espacios en las organizaciones, pues es la relación espacio-tiempo construida entre el investigador y el campo de investigación es una de las bases para la deconstrucción de las organizaciones como entes y de los etnógrafos como sujetos universales.

Palabras clave

Organizaciones. Etnografía. Cultura. Espacio organizacional. Estudios Organizacionales.

SPACES, PRACTICES AND ETHNOGRAPHIES IN ORGANIZATION STUDIES IN BRAZIL

Abstract

The objective of this theoretical essay is to conduct a discussion about the incorporation of ethnography as a research method in the Administration area and its effects on the epistemological construction of the concept of organizational space in Organizational Studies. From the epistemological retaking of the development of different ethnographic practices in Anthropology, especially structuralism, interpretivism and poststructuralism, we present how these debates were incorporated into Organizational Studies, emphasizing the Brazilian academic production. We argue that the way of conducting ethnographic research evidences the delimitation of space conceptions in organizations, because the space-time relationship built between researcher and the field of research is one of the basis for the deconstruction of organizations as entities and of ethnographers as universal subjects.

Keywords

Organizations. Ethnography. Culture. Organizational Space. Organization Studies.

CONTRIBUIÇÃO

Josiane Silva de Oliveira

A autora declara que trabalhou de forma equânime na elaboração do texto.

Marina Dantas de Figueiredo

A autora declara que trabalhou de forma equânime na elaboração do texto.

AGRADECIMENTOS

-

DECLARAÇÃO DE INEDITISMO

As autoras declaram que a contribuição é inédita.

CONFLITO DE INTERESSES

As autoras declaram não haver conflito de interesses.

COMO CITAR ESTA CONTRIBUIÇÃO

Oliveira, Josiane S. & Figueiredo, Marina D. (2021). Os espaços, as práticas e as etnografias nos estudos organizacionais brasileiros. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 8(21), 215-262.